autuado por cintiacarrer em 18/08/2026 16:15:09.



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

**SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA**

**PL 649/2026**

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

- Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os art. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana, e dá outras providências.

- Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.

- Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.

- Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 18.504 de 18 de junho de 2026, que dispõe sobre o Programa Vagas Verdes nas vias do Município de São Paulo e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 10.667 de 28 de outubro de 1988, que dispõe sobre permissão de uso de passeio público fronteiriço a bares, confeitarias, restaurantes, lanchonetes e assemelhados, para colocação de toldos, mesas e cadeiras, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 16.050 de 31 de julho de 2014, que aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002.

- Lei Municipal nº 14.223 de 26 de setembro de 2006, que dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo.

- Lei Municipal nº 15.099, de 5 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a realização de campanhas periódicas educativas de conscientização para a população para não sujar a cidade, e dá outras providências.



Matéria DSP 12369/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 18/08/2026 e juntado ao PL 649/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=756305.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 17.217 de 23 de outubro de 2019, que revoga parcialmente planos de melhoramentos viários aprovados pelas Leis nº 13.860, de 29 de junho de 2004, e nº 16.541, de 8 de setembro de 2016, fixando novos alinhamentos, nas Subprefeituras de Casa Verde/Cachoeirinha e Mooca; altera dispositivos das Leis nº 13.402, de 5 de agosto de 2002, nº 15.360, de 14 de março de 2011, nº 16.359, de 13 de janeiro de 2016, e nº 16.050, de 31 de julho de 2014.

- Lei Municipal nº 16.235 de 2 de julho de 2015, que dispõe sobre a concessão de serviço público para exploração, administração, manutenção e conservação de estacionamento de veículos em áreas públicas da Cidade de São Paulo, associada à requalificação urbanística do entorno.

- Lei Municipal nº 17.578 de 26 de julho de 2021, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de canteiros em casos de readequação geométrica, rotatórias, estreitamento de vias e casos similares, mantendo-se ou estabelecendo a permeabilidade do solo, ou seja, com a remoção do capeamento asfáltico original, expondo o solo antes da instalação, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 15.843 de 23 de agosto de 2013, que altera o plano de melhoramentos viários aprovado pela Lei nº 15.514, de 21 de dezembro de 2011.

- Lei Municipal nº 15.852 de 10 de setembro de 2013, que aprova plano de melhoramentos viários no Distrito de Jardim Ângela e revoga a Lei nº 14.945, de 2 de julho de 2009.

- Lei Municipal nº 16.673 de 13 de junho de 2017, que institui o Estatuto do Pedestre no Município de São Paulo, e dá outras providências.

- PL 838/2025 Institui o Programa de Contrapartida de Melhoria Urbana no Município de São Paulo e dá outras providências.

- PL 752/2025 Dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização de pavimentos drenantes nas reformas e ampliações de logradouros públicos classificados como vias de trânsito local em áreas ambientalmente sensíveis, incluindo margens de Áreas de Preservação Permanente (APPs) ou com histórico de alagamento no município de São Paulo, e dá outras providências.

- PL 729/2025 Institui diretrizes para a adoção obrigatória de Soluções Baseadas na Natureza (SBN) em obras de requalificação de praças e parques no município de São Paulo.



**Matéria DSP 12369/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 18/08/2026 e juntado ao PL 649/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=756305.**

autuado por cintiacarrer em 18/08/2026 16:15:09.



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- PL 737/2023 Institui a obrigatoriedade de o Município consultar os moradores ao decidir por implantar equipamentos públicos geradores de impacto na comunidade.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente de fls.

São Paulo, 18 de agosto de 2026.

CINTIA TALARICO DA CRUZ
PROCURADORA LEGISLATIVA SUPERVISORA
SETOR DE PESQUISA E ANÁLISE PRÉVIA DE PROPOSITURAS
OAB/SP 155.068



Matéria DSP 12369/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 18/08/2026 e juntado ao PL 649/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=756305.